

APRECIÇÃO PÚBLICA

(a) **PROJECTO DE LEI Nº 534/XIII (2ª) – Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”**

(b) **Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro**

Sede: Av. Fernão de Magalhães, 642-R/Ch, Apartado 455, 3001-906 Coimbra

Trabalhadores representados pela organização que se pronuncia: Trabalhadores que exercem a sua atividade profissional na Administração Pública, IPSS, Misericórdias e Mutualidades

(c) **Forma de consulta adotada Reunião de Direção**

(d) **Contributo:**

Subscrevemos, na íntegra a apreciação da CGTP-IN.

Coimbra, 7 de Julho de 2017

(e) 

- (a) Identificação do projeto de diploma: projecto de lei nº...., projecto de decreto-lei nº...., projecto ou proposta de decreto regional nº...., seguido da indicação da respectiva matéria, como for anunciada.
- (b) Comissão de trabalhadores ou comissão coordenadora, associação sindical.
- (c) Assembleia-geral de associados, reunião geral de delegados sindicais ou de comissões sindicais, reunião de direcção, de comissão de trabalhadores ou de comissão coordenadora, plenário de trabalhadores etc.
- (d) Se necessário, utilizar folhas anexas do formato A4, devidamente numeradas e rubricadas.
- (e) Assinatura de quem legalmente representa a organização de trabalhadores que se pronuncia ou de todos os seus membros.

(Formato A4 – 210 mm x 297 mm)

Apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) – Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”

Apreciação

A apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que visa alterar o regime jurídico aplicável à contratação a termo, suscita à CGTP-IN a seguinte apreciação.

O combate à precariedade de contratos de trabalho, desde os famigerados contratos de trabalho eventual, existentes antes do 25 de Abril, aos seus sucessores contratos de trabalho a prazo, é um combate de sempre dos trabalhadores e dos sindicatos da CGTP-IN, uma das suas principais reivindicações.

Nestes termos, a CGTP acolhe qualquer iniciativa que integre este combate nos seus propósitos ou, no caso concreto, que vise a redução da discricionariedade que se verifica na utilização desta modalidade contratual, pelas entidades patronais, que têm generalizado a sua utilização com grande prejuízo de todos os trabalhadores.

Assim, e porque coincide também com as reivindicações que temos vindo a apresentar ao longo do tempo, salientamos a proposta de reformulação do artigo 140.º do Código do Trabalho, na medida em que determina que a regulamentação deste regime jurídico através de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, não possa fazer-se à margem da exigência de satisfação de necessidades temporárias das empresas.

De referir também a proposta de alteração do artigo 140.º n.º 4 al. a), limitando o acesso à contratação a termo quando do lançamento de nova actividade de duração incerta ou início de laboração de empresa, às empresas com mais de 10 trabalhadores. Neste caso, não sendo o ideal, a proposta melhora o regime actual, na medida em que veda aos grandes investimentos a possibilidade de utilização indiscriminada, abusiva e injustificada de contratos a termo.

Já a proposta de revogação da alínea b) do n.º 4 do artigo 140.º, relativa à contratação para primeiro emprego ou desempregado de longa duração, recebe a total concordância da CGTP-IN, na medida em que, tratando-se de trabalhadores em situação já de si frágil, o regime actual condena-os a uma

precariedade laboral, para esta central inaceitável, e que estigmatiza os trabalhadores nesta situação.

Por fim, e por estar em linha com a ação reivindicativa da CGTP-IN, a proposta de introdução de um novo n.º 2 no artigo 149.º garantindo que, mesmo em caso de acordo pela não renovação, em caso algum possa ser afastado o direito do trabalhador ao recebimento da compensação prevista para a cessação do contrato a termo, merece também o acolhimento desta central.

Lisboa, 7 de Julho de 2017